

# TRABALHO INFANTIL, FAMÍLIA, IDENTIDADE E SAÚDE MENTAL: INDAGAÇÕES CONSTRUÍDAS DIANTE DE UM FENÔMENO FAMILIAR TRANSGERACIONAL

Walter Ernesto Ude Marques<sup>1</sup>

## Resumo

Este estudo visa discutir os possíveis comprometimentos para a saúde mental dos pequenos trabalhadores e de seus familiares no contexto do trabalho infantil realizado nas ruas da cidade de Belo Horizonte – MG. Nesse sentido, a identidade representou um elemento balizador desta discussão, considerando que crianças estavam assumindo atribuições que cabiam aos adultos do grupo familiar, e os adultos, por sua vez, se sentiam impossibilitados de assumir determinados papéis familiares diante de situações de precariedade social geradas pela condição de desempregados ou subempregados, como também pela fragilidade das políticas públicas do nosso país. Trata-se de uma pesquisa original, no que se refere à tentativa de compreender a dinâmica familiar de grupos que dependem dessa estratégia de sobrevivência, já que a bibliografia encontrada sobre o assunto revelou que a maioria dos trabalhos restringiram-se à apresentação de dados estatísticos e demográficos.

**Palavras-chave:** trabalho infantil, família, identidade, saúde mental.

## Abstract

This study intend to discuss the possible damage for the mental health of the small workers and his familiar ones in the context of the carried through infantile work in the streets of Belo Horizonte - MG. In this direction, the identity was the main element of this quarrel, considering that children were assuming attributions that fit to the adults of the familiar group, and the adults, in turn, felted disabled to assume some familiar roles of situations of social instability made by the condition of unemployed or sub-employees, as also by the fragility of the public politics from Brazil. It's an original study, in that if it relates to the attempt to understand the familiar dynamics of groups who depend on this strategy of survival, since the bibliography found on the subject disclosed that the greater part of the works the simply presented statistical and demographic data.

**Keywords:** infantile work, family, identity, mental health.

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da UnB – DF; Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG, e Membro do NETE.



Este texto representa parte da minha tese de doutorado defendida em dezembro de 2000, no Instituto de Psicologia da UnB, o qual se configurou a partir de indagações sobre os possíveis comprometimentos para a saúde mental de famílias que dependem da estratégia do trabalho infantil para tentar garantir a sobrevivência do grupo, já que crianças estavam assumindo papéis que caberiam aos adultos e, por sua vez, adultos se viam impossibilitados de assumir determinados papéis familiares. A produção desse fenômeno responsável pela adultização dos infantes e a conseqüente infantilização dos pais, mães, avôs e avós, afeta as identidades constitutivas da organização familiar, confundindo fronteiras que delimitariam os territórios que definem o contexto grupal.

É importante destacar que esta pesquisa se desenvolveu a partir do trabalho infantil realizado nas ruas do centro da cidade de Belo Horizonte - MG, principalmente nos bares noturnos. Na metodologia adotada utilizou-se de observação participante no contexto comunitário onde as famílias moravam e nos locais que os pequenos trabalhadores vendiam seus produtos. Os grupos familiares residiam na periferia da metrópole, nos bairros Alto Vera Cruz e Taquaril, e a inserção do pesquisador neste campo de estudo foi facilitada pelo contato prévio com lideranças das localidades pesquisadas. Além disso, recorreu-se à realização de entrevistas abertas junto aos membros familiares, no intuito de tentar captar a percepção da dinâmica grupal no que se refere à organização de papéis, atribuições, responsabilidades, e tarefas familiares perante a realidade do trabalho infantil.

Os dados coletados indicaram que a atividade do trabalho infantil representava um fenômeno transgeracional, recorrente em, pelo menos, três gerações, dentre outros aspectos, tendo em vista os depoimentos apresentados pelos os avôs, as avós, os pais e as mães, relativos ao histórico familiar dos sujeitos pesquisados. Diante disso, foram realizados genogramas para se tentar visualizar e refletir, juntamente com os membros familiares, a incidência desta temática que se iniciou a partir das suas experiências no mundo do trabalho rural. Para complementar a pesquisa desenvolvida, solicitou-se aos pequenos trabalhadores que produzissem uma redação intitulada *Ser Criança*, com o objetivo de avaliar como o tempo de ser criança se configura para quem se vê emaranhado pela complexa realidade do trabalho infantil.

No curso da construção deste estudo, três categorias significativas atravessaram a tessitura do tema aqui pesquisado: o trabalho, a infância e a família. Nesse processo, o conceito de identidade sempre compareceu como um ponto de cerzidura interpondo essa tríade e caracterizando o feitiço do texto em proposição. O trabalho apareceu agregado à infância, tornando-se um trabalho infantil, que, por sua vez, indicou as condições econômicas, sociais e culturais das famílias pesquisadas, nas suas interfaces com a situação de desemprego ou de subemprego dos pais, das mães e dos demais membros do grupo, e das políticas sociais voltadas para essa camada social. Neste texto pretendo apresentar alguns pontos da constituição das identidades desses sujeitos enquanto filhos, filhas, pais, mães e avós diante dos papéis e funções estabelecidas a partir das formas de organização familiar reveladas em relação ao trabalho das crianças, sendo que mostraram-se configuradas em duas categorias: 1) aquelas nas quais os pequenos trabalhadores são provedores das famílias; e 2) aquelas onde o trabalho infantil é utilizado como complementação à renda do grupo.

Na verdade, esta pesquisa contempla, pelo menos, três campos complementares, dentro do âmbito da psicologia, ou seja: 1) o terreno da psicologia do trabalho ao tratar de trabalho, identidade e saúde mental; 2) a psicologia familiar na abordagem de questões relativas à família e à construção da identidade dos membros familiares; e 3) a psicologia do desenvolvimento, uma vez que são tratados os efeitos do trabalho infantil no processo de formação da identidade desses pequenos trabalhadores. Entretanto, reconhecer esses campos teóricos não significa optar por um debate apenas circunscrito às áreas de conhecimento da psicologia, mas tentar estabelecer diálogos com outras abordagens do conhecimento científico, tomando como eixo uma perspectiva dialética sobre o fenômeno da identidade, tendo em vista que representa algo que se constitui na mediação entre diferentes experiências da vida humana: o trabalho, a família e a infância.

No caso específico deste estudo, ficou evidenciado que a constituição da identidade abrange vários elementos na sua composição, os quais interagem de forma simultânea. Essa constatação pôde ser verificada quando se tentou estabelecer nexos entre a realidade do trabalho infantil e suas conexões com a história familiar diante do contexto sociocultural pesquisado. Nesse sentido, a identidade revelou-se como categoria analítica complexa que envolve diversos fatores na sua formação que necessitam ser considerados num estudo desta natureza. Como alerta PANNONE (1994:82), o indivíduo não pode ser visto como uma entidade isolada, mas dentro do contexto mais amplo no qual se encontra. Segundo esse autor, essa maneira de olhar o fenômeno representa uma nova visão epistemológica de abordar o comportamento humano: ***“A nova postura metodológica é muito mais fecunda: do complexo ao simples, do contexto geral ao elemento particular.”***

Diante disso, considerando que a identidade se dá nesse entremeio de distintas relações e avaliando que é um conceito carregado de polissemia (LAGO, 1998), penso que seria prudente apresentar a perspectiva aqui construída, enquanto uma tentativa que se propõe a compreender como se dá a constituição da identidade dos sujeitos envolvidos nas dimensões delimitadas nesta pesquisa: trabalho, infância e família. Para isso, adotei uma abordagem dialética e sistêmica, compreendendo que a diferença não se constitui sem a semelhança e que, nessas relações constitutivas do eu e do Outro, distintos subsistemas configuradores de papéis, funções, responsabilidades e atribuições afetam-se mutuamente.

A partir desses apontamentos, tanto na perspectiva dialética quanto na visão sistêmica em relação ao conceito de identidade, lanço essa discussão para os campos reflexivos que caracterizaram a construção deste estudo, tendo a identidade como categoria balizadora, no que se refere às temáticas: 1) trabalho, identidade e saúde mental; 2) família e construção da identidade; e 3) Infância e processos de formação da identidade. Diante dessas considerações, passo para o próximo item, o qual discute o primeiro tópico levantado.

### **Trabalho infantil, identidade e saúde mental: questões relativas ao contexto sociofamiliar dos pequenos trabalhadores**

Propor uma discussão sobre os sentidos subjetivos e os significados sociais presentes nas relações estabelecidas entre o ser humano e o contexto do mundo do trabalho sem considerar as questões relativas aos processos de formação da sua identidade representaria propor uma tarefa inviável, pois o sujeito consegue realizar-se na atividade que faz quando encontra sentido subjetivo para a sua vida e gera novos significados representativos para a cultura onde participa. Ou seja, ao verificar que sua obra se configura como algo que tem valor de utilidade, sente-se incluído em um grupo mais amplo e, ao mesmo tempo, percebe-se diferenciado, ao constatar que seu ato criativo revela uma demonstração de si próprio, heis que comparece o movimento da identidade, segundo a perspectiva dialética.

No entanto, deve ficar claro que aqui trabalho está sendo concebido enquanto ação transformadora, diferentemente da concepção produzida pela sociedade industrial, na qual trabalho passou a ser confundido com mercadoria. De acordo com CODO (1997:23): ***“A forma mercadoria é a forma universal que o trabalho assumiu assim que o capitalismo se tornou universal”***. A diferença entre essas duas concepções estaria no feitiço: enquanto as mercadorias são fabricadas em série previamente estabelecida o trabalho inova permanentemente sua atividade - o trabalhador vai descobrindo a cada ato inventivo que os mesmos instrumentos poderão ser utilizados de diversas maneiras, gerando formas variadas de criação (DUARTE, 1993).

Dentro desse enfoque, o trabalho é concebido como uma força ativa e dinâmica, ao passo que o emprego - produtor de mercadorias - é visto como um mecanismo que ocorre de forma fragmentada e repetitiva. Essa é outra diferença fundamental a ser colocada: emprego não é trabalho (CODO, 1997:23). ***“Nunca foi e cada vez menos será.”*** A falência das políticas sociais desencadeadas pelo welfare state, o desemprego estrutural provocado pelas novas

tecnologias, a flexibilização do mercado e a expansão da economia informal, dentre outros fatores, mostram que a idéia de se manter garantias para uma estabilidade nas relações de emprego está se tornando cada vez mais tênue. *E quanto ao trabalho? Estaria também acabando?* Pelo contrário, o exame da sua essência ontológica mostra que é impossível admitir um processo de humanização do ser social sem a intermediação do trabalho (ANTUNES, 1997). Sendo assim, acabar com o trabalho significaria acabar com a existência do ser humano.

Diante disso, pode-se inferir que se trabalho e emprego propiciam experiências diferenciadas para o sujeito, logo seus efeitos sobre a identidade são também distintos. No caso do emprego, as identidades são determinadas a partir de condições produtivas preestabelecidas pelos setores capitalistas, que, por meio de seus investimentos tecnológicos e sistemas de marketing, procuram desenvolver formas padronizadas de produção e consumo, enquanto fórmula que tenta articular barateamento da mão-de-obra e alta lucratividade. Nesses momentos, identidade e emprego se confundem com mercadoria, afetando as demais relações envolvidas nessa trama:

*“Dizer que o produto do trabalho é uma mercadoria equivale a dizer que ele é unidade do processo de trabalho e do processo de formação de valor. Utilidade e valor, qualidade e quantidade, concreto e abstrato, conteúdo e forma, indivíduo e sociedade tornam-se, através do trabalho, unidades, tonam-se mercadorias”. (CODÓ; SAMPAIO & HITOMI, 1994:149-150)*

No trabalho propriamente dito, o sujeito se reconhece naquilo que cria. Não se sente estranho diante da sua obra, mas se vê nela e torna-se reconhecido pelos traços singulares que lhe inscreve. Seu valor de utilidade faz-se caracterizado pela qualidade de uso que representa para a sua coletividade. A identidade toma uma outra dimensão, passando a significar aquilo que tem de mais essencial: um sentimento de pertencer e de ser diferente no mundo em que se vive. Identidade e trabalho, então, contém articulações que são indispensáveis para um debate crítico sobre as condições de trabalho que o sujeito enfrenta e os impactos provocados sobre sua subjetividade (JACQUES, 1997).

Tomando como ponto de partida essas premissas quanto às relações existentes entre trabalho e identidade, como também em referência aos danos ocasionados quando se verifica que o trabalho sofre distorções ao ser confundido com mercadoria, coloco algumas questões relativas a este estudo: *Que tipo de valor de uso e valor de troca as imagens dos pequenos trabalhadores e das suas respectivas mães teriam para os freqüentadores dos bares noturnos e os transeuntes das ruas da cidade? Que valores simbólicos estariam envolvidos nesse cenário social? Significaria a compra de uma possibilidade caritativa diante das imagens da “mãe glorificada” e dos “pobrezinhos sacrificados” associadas à díade “Nossa Senhora e Menino Jesus”, própria de nossa cultura judaico-cristã? E as mães? E as crianças? Como elas se vêem nesse jogo intersubjetivo? Quais as conseqüências dessas atividades para a formação da identidade desses sujeitos, considerando que estão expostos a um meio onde, freqüentemente, há riscos iminentes (raptos, estupros, atropelamentos, humilhações, assédio sexual, assaltos, roubos, agressões, etc.)? Como lidam com as ambigüidades geradas entre a filantropia e a rejeição dos “fregueses dos bares”?*

Dentre os aspectos que foram abordados pelas perguntas apresentadas acima, seria importante indagar sobre os efeitos que essas experiências constrangedoras trariam para a subjetividade das mães, das avós, dos pais (aqueles que estavam vivendo junto com as famílias) e dos pequenos trabalhadores, pois, como nos mostra ERIKSON (1987), freqüentes exposições a situações constrangedoras podem desenvolver uma identidade negativa no indivíduo, principalmente quando se trata de crianças, tendo em vista que são seres humanos que estão em pleno processo de desenvolvimento. Baseada nas discussões levantadas por ERIKSON, SUDBRACK (1982) avalia que a constituição de uma identidade negativa gera sentimentos de insegurança, desconfiança e negatividade, contribuindo para o desencadeamento de transtornos na identidade do indivíduo.



Por outro lado, ao serem identificados como imagens religiosas representativas do nosso imaginário social e cultural, perdem suas identidades pessoais, tornando-se figuras consumidas de forma linear; ou seja, transformam-se em mercadorias. Transfigurados em "objetos de papariação" ou em "objetos de piedade" alheia, conforme ARIÈS (1981), passam a desempenhar aqueles papéis esperados pelos seus fregueses. Dessa forma, ao se dirigirem aos seus pretensos compradores, procuram atender a esses determinantes simbólicos e sociais, com vistas a auferir algum dinheiro que possa garantir a sua sobrevivência e a do seu grupo familiar.

Além disso, a vergonha vivida durante essas experiências constitui um sentimento moral que afeta a identidade desses sujeitos. Estou falando aqui sobre os olhares de desdém projetados pelos "fregueses", as repreensões verbais ouvidas em relação ao uso do trabalho infantil e a permanente necessidade de súplica e insistência para sobreviver diante da caridade alheia. Não se pode negar que esses fatores produzem efeitos sobre a subjetividade dos pequenos trabalhadores e seus familiares, principalmente quando se pensa que está em jogo a vida de uma criança:

*"A emoção é uma emoção infantil insuficientemente estudada porque, em nossa civilização, cedo e facilmente é absorvida pela culpa. A vergonha pressupõe que uma pessoa está completamente exposta e consciente de ser observada - numa palavra, constrangida".* (ERIKSON, 1987:111)

Por sua vez, o trabalho infantil, contraditoriamente, mostrou-se como um valor moral para as famílias, uma atividade tida como protetora da criança pobre contra o mundo do crime que oferece parâmetros disciplinares e desenvolve a honestidade. A frase: *"É melhor criança trabalhar do que roubar"* sintetiza bem esse tipo de raciocínio. Essa justificativa, no caso específico desses grupos familiares, pode ser interpretada como um mecanismo de defesa desenvolvido contra os sofrimentos vividos durante o trabalho infantil (DEJOURS, 1999). Representa uma tentativa em não ser reconhecido como alguém que está agindo no campo da ilegalidade e que, de forma subliminar, estaria oferecendo um benefício à sociedade ao empregar meios que procuram desenvolver mecanismos próprios de prevenção contra a marginalidade social, considerando que, de alguma forma, lutam para que seus filhos e suas filhas não se tornem delinquentes.

Esse tipo de valor moral atribuído ao trabalho, geralmente articulado entre as famílias das camadas de baixa renda, está discutido também em SARTI (1996). No seu estudo, a autora mostra como os moradores de uma determinada periferia de São Paulo defendem o trabalho enquanto um valor moral, sendo que essa justificativa moral, atribuída à atividade, serve como argumento explicativo para diferenciá-los das pessoas ricas, pois, segundo os trabalhadores pesquisados, ganham o "pão de cada dia" de forma honesta. Aqui, o pensamento complementar seria: *"Sou pobre mas sou honesto. Não roubo, eu trabalho."*

Essas representações e expectativas que participam do nosso imaginário social passam a constituir as identidades dos sujeitos que vivem em condições precárias de sobrevivência e se tornam estratégias defensivas contra a segregação social. Nesse contexto, o valor material se defronta com o valor moral. Ou seja, apesar de se sentirem desapropriados, em termos materiais, sentem-se enriquecidos em termos morais. Tais contradições demonstram que a construção da identidade humana envolve processos complexos. No caso dos sujeitos aqui pesquisados, ficou evidenciado que para fugirem das censuras e das depreciações sofridas pelo uso do trabalho infantil usam de artifícios retóricos que tentam situar essa forma de sobrevivência familiar na ordem da moralidade para protegerem não só a própria família contra a criminalidade mas, também, a própria sociedade: *"Melhor os meninos e meninas trabalharem na rua do que roubar as pessoas que andam na cidade,"* insinuou uma avó que participou desta pesquisa. *Mas quem ganha com isso? Que tipo de identidade vai sendo constituída nos pequenos trabalhadores e seus familiares numa realidade estabelecida desta maneira? E os transeuntes e fregueses das ruas da metrópole? Por que identificam as famílias com esse olhar? Identificariam a si mesmos como os salvadores dos vitimizados? Como fica a*



*representação social das mães (pela sociedade) que são percebidas como exploradoras das filhas?*

Nesses momentos, lembro-me de uma frase reveladora de um pequeno trabalhador que na época tinha 10 anos de idade, quando questionou essa visão vitimizadora que se tem sobre a criança pobre, ao escrever na sua redação: *"Não sou indigente, estou apenas amadurecendo"*. Essa citação mostra como esse menino procura resistir a essas representações negativas produzidas sobre sua imagem e procura levantar aspectos concernentes à possibilidade de construção de uma nova identidade e de uma nova identificação em relação ao seu ser: *"Sou criança, estou em processo de desenvolvimento. Quero viver esse ciclo de vida. Tenho o direito de vivê-lo"*. Como alerta DEJOURS (1999) não se pode banalizar os sofrimentos, as anulações e os sacrifícios vividos em formas de trabalho aviltantes para o sujeito. Banalizar a importância de se viver plenamente o período da infância significaria negar a própria existência humana, pois, conforme HEIDEGGER (1989), para o ser humano existir ele precisa de um tempo para ser. Por sua vez, precisaria também de um espaço que, no caso da criança, representaria aqueles lugares necessários para se brincar, estudar, repousar, ter vida familiar, comunitária e social.

A identidade se constitui a partir da interação eu/outro. Reconheço-me tendo em vista o olhar do outro e passo a reconhecê-lo segundo a visão construída no contexto compartilhado. Trata-se de uma construção que se dá no campo da intersubjetividade. Dessa maneira, mudanças nas representações que se tem de si implicariam transformações no próprio reconhecer-se e no reconhecimento que o Outro apresenta em relação a si. Logo, numa perspectiva dialética, não seria possível conceber alterações isoladas, mas por contrastes mutuamente estabelecidos. No caso dos pequenos trabalhadores e seus familiares, metamorfosear-se para além de um lugar restrito à indigência envolveria outros movimentos que apresentam outra sensibilidade: o compromisso com uma vida cidadã, divergente da manutenção de uma eterna piedade sacrificadora de pequenos seres. Nesse sentido, a identidade passa a ser também uma questão política (CIAMPA, 1990). Sendo assim, com o intuito de aprofundar um pouco mais esta discussão, passo a debater, no próximo item, alguns pontos referentes aos processos de construção da identidade dos membros das famílias no contexto sociofamiliar do trabalho infantil.

### **Construção da identidade e papéis parentais no contexto sociofamiliar do trabalho infantil**

Diante da constatação verificada por esta pesquisa de que realmente existem famílias que dependem do trabalho infantil, seja para complementar a renda familiar ou prover o grupo, faz-se necessário levantar algumas indagações quanto aos processos de formação da identidade dos pais, das mães, dos filhos, das filhas e dos demais membros do grupo. Foram observados deslocamentos e inversões significativas no que se refere às atribuições, às responsabilidades e às tarefas entre crianças, adolescentes e adultos na amostra estudada<sup>2</sup>. Considerando que trocas de papéis podem gerar confusões entre as fronteiras existentes em relação aos distintos territórios que demarcam os subsistemas familiares - conjugal, parental, filial e fraterno -, tento apresentar abaixo algumas reflexões relativas às seguintes questões: *Até que ponto os homens/pais sentiam-se constrangidos pela dependência do trabalho dos filhos e das filhas, diante da visão patriarcal do pai/provedor? Em que sentido a situação de desempregado ou subempregado poderia afetar a auto-imagem desses homens/pais? E as mães? Até que ponto as representações patriarcais de mães/mulheres/cuidadoras justificariam a dependência delas do trabalho infantil? Seu papel de cuidadora, dentro desse modelo, situaria*

<sup>2</sup> Essas análises e interpretações desenvolvidas durante o estudo, dentre outras, podem ser encontradas na publicação da minha tese de doutorado, no livro intitulado *Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Ed. Plano, 2001.



sua identidade familiar nesse contexto? E as crianças? O desempenho de papéis que caberiam aos adultos da família traria que tipo de perda para a sua identidade infantil? Esse lugar que ocupam na família representaria uma lealdade transmitida de forma transgeracional? E seu tempo e espaço de Ser Criança? Que tipo de identidade estaria se constituindo para quem não pode usufruir plenamente desse momento de existir? Enfim, são inúmeras indagações que se poderia levantar nesse sentido. Procurarei discutir algumas delas a seguir.

Sabe-se que os papéis sociais participam da constituição da identidade (SUDBRACK,1982) e que determinadas expectativas são depositadas sobre os membros do grupo de acordo com as funções que exercem na organização familiar. No entanto, quando ocorrem substituições nas posições estabelecidas, a ponto de provocar misturas de papéis, podem desencadear situações comprometedoras para as identidades envolvidas no processo. No caso da criança, por exemplo, a internalização de comportamentos estereotipados dessa natureza deixa traços marcantes:

*"Em todo esse processo de influência, a captação pela criança das expectativas parentais sobre si não inclui apenas o que os pais afirmam, mas o que eles realmente sentem a seu respeito é também captado. Desta forma, a criança passa a adequar sua conduta ao que julga que os outros sintam profundamente em relação a ela".* (SUDBRACK,1982:35)

No entanto, uma identidade torna-se afetada negativamente quando interage com outras identidades que também encontram-se marcadas por experiências sociais e individuais degradantes. Esse tipo de constatação mostrou-se evidenciado numa pesquisa realizada por SUDBRACK (1982) junto a crianças em situação de risco, ao verificar que, em relação ao pai, por exemplo, os filhos internalizavam uma figura paterna desvalorizada, devido à constantes ausências e omissões desse personagem no contexto familiar. Essas observações são relevantes para este estudo, quando se pensa que nas famílias aqui pesquisadas o trabalho infantil tornou-se uma estratégia de sobrevivência familiar que vem sendo utilizada por, pelos menos, três gerações consecutivas. Então, pergunto: *Como esses pais, essas mães e essas avós poderiam reconhecer seus filhos, filhas, netos e netas enquanto crianças (com direito de viver suas infâncias de forma mais plena) se não puderam usufruir das peculiaridades desse ciclo da vida? E, mais, nas condições sociais e econômicas que se encontram, que possibilidades teriam para assumir suas funções de provedores do grupo familiar?*

Como salienta FÉRES-CARNEIRO (1992), o cumprimento e o desempenho das funções familiares essenciais relacionadas aos papéis de marido, mulher, pai, mãe, filho, filha irmão e irmã são fatores determinantes para a saúde emocional na família. Isso não significa que os papéis devam ser vividos com rigidez, sem permitir aos demais *"...membros familiares assumir outras funções no funcionamento familiar diferentes daquelas relativas ao papel específico de cada um, quando isto se fizer necessário"* (FÉRES-CARNEIRO,1992:488). Entretanto, quando não há clareza nas definições dos papéis que cabem a cada subsistema, as diferenciações entre os distintos territórios familiares ficam vulneráveis a confusões em relação às atribuições, às responsabilidades e às tarefas que cabem a cada membro, segundo suas potencialidades e suas capacidades físicas e mentais.

Na verdade, seria impossível conceber um processo de constituição da identidade humana a partir de um princípio homogeneizador. Ou, melhor dizendo, se admito, por exemplo, que uma filha tem a mesma função que uma mãe, essa afirmação equivaleria a dizer que elas desapareceram enquanto seres humanos, pois não seriam reconhecidas nas suas diferenças e nos papéis específicos que caracterizam seu pertencimento a um grupo familiar. *Como poderei nomear quem é a mãe, o filho, a filha, o pai, a avó ou o avô num lugar onde as fronteiras não estão bem delimitadas?* A nomeação indica um lugar, uma função social e a existência de um ser que se coloca dentre os demais. Numa família, a nomeação do pai faz com que a mãe exista, e vice-versa. Ao nomear-se a mãe, remete-se ao pai, mesmo que um desses personagens não esteja presente no cotidiano familiar (CHATEL,1980). Porém, ao ser referido, comparece de forma simbólica e dá consistência ao seu contraste.

O mesmo pode ser dito em relação aos filhos e às filhas: *"Ninguém nasce mãe ou pai. Só nos constituímos como tal pela possibilidade de reciprocidade de alguém que se constitua como filho"* (VASCONCELOS, 1998:41). Esses movimentos da identidade mostram que o sujeito só pode ser reconhecido na sua singularidade quando contrastado com outras figuras que compõem seu grupo social. Sem a contradição seria impensável imaginar a possibilidade de distinguir diferentes elementos particulares constitutivos de um todo e, ao mesmo tempo, perceber suas imbricadas relações, tanto nos seus aspectos complementares quanto contraditórios.

Isso torna-se mais complexo quando há discrepância significativa entre o mundo idealizado e o mundo vivido, como foi constatado nas famílias estudadas. Este estudo revelou que os sujeitos dessas famílias pesquisadas idealizavam um pai/provedor e uma mãe/cuidadora conforme o modelo patriarcal, mas não conseguiam realizar esse padrão cultural dominante de pensar os papéis familiares. Pelo contrário, na maioria dos grupos familiares pesquisados, os filhos e as filhas abaixo de 12 anos, junto com suas mães, é que assumiam a manutenção financeira da casa, por meio do uso do trabalho infantil. Por outro lado, a falta da presença do pai ou a impossibilidade de ele ser o principal provedor da família servia como justificativa para o emprego dessa estratégia de sobrevivência.

Por sua vez, essas nuances de papéis parecem afetar alguns aspectos das identidades dos membros familiares pesquisados, os quais passamos a avaliar. Isso apareceu de forma mais evidenciada em relação à figura paterna. Primeiramente, pelo fato de a maioria dos pais biológicos não estarem conseguindo exercer a paternidade; e, em segundo plano, por constatar-se que aqueles pais que estavam vivendo junto com as famílias sentiam-se incomodados com a situação de dependerem do trabalho infantil. No entanto, existe uma reorganização familiar buscando a função provedora, sem, contudo, dispensar a figura do pai do discurso. Pode-se considerar este arranjo como funcional em face da realidade sociofamiliar e a própria noção de vida familiar, mas, por outro lado, torna-se necessário avaliar as conseqüências na dinâmica dos papéis familiares e suas implicações para cada membro ou subsistema.

No que se refere aos pais das famílias nucleares estudadas, a maioria deles recorria ao uso diário de álcool para tentar amortecer os aborrecimentos provenientes dessa situação de dependência do trabalho infantil. Nota-se, com isso, que essa associação mecânica de que ao homem cabe, única e exclusivamente, ser um "provedor", gerada pelo padrão patriarcal, incomodava esses sujeitos. Diante disso, sucede perguntar: *Até que ponto o alcoolismo vem consolidar esta desqualificação dos homens? Em que medida o alcoolismo não estaria gerando e sendo gerado pela condição frustrada de trabalhador/desempregado dos pais? Como desconstruir essa representação negativa e linear de que ao homem caberia apenas esse papel de mantenedor do grupo, tendo em vista as precárias condições de vida que enfrenta, sem excluí-lo desse processo? Qual a possibilidade que traz a compreensão do trabalho infantil para a compreensão desta exclusão do pai? Até que ponto estas famílias não se encontram em um ciclo repetitivo gerado por "pseudo-soluções?"*

Nessa situação, os pais se percebem enfraquecidos no desempenho das suas funções paternas. Conseqüentemente, seu papel familiar perde sua força simbólica, pois não corresponde às expectativas determinadas pelo padrão cultural dominante (SARTI, 1996). O único pai que se dispôs a comentar sobre esse assunto confirmou essa versão ao afirmar que o trabalho das filhas e dos filhos retirava-lhe a autoridade para cobrar uma "doutrina" familiar. Um estudo desenvolvido por WOORTMANN (1987) mostra que nas famílias brasileiras é comum vincular-se a atribuição de chefe de família àquele membro que é capaz de "colocar o pão de cada dia dentro de casa" (WOORTMANN, 1987).

Outras pesquisas realizadas sobre os papéis masculinos no contexto brasileiro têm comprovado esse tipo de interpretação atribuída ao homem; ou seja, existe uma associação direta entre trabalho, desempenho sexual e masculinidade. Dentro desse modelo de origem patriarcal, quando um homem encontra-se desempregado significa perder elementos representativos da sua identidade masculina. Segundo NOLASCO (1993:65), o sentido de pertencer a uma instituição que o emprega passou a ser valorizado como se fosse um acréscimo

ao seu sobrenome, quase que uma extensão da sua família: *"Estar empregado passou a ser, para um homem, um referencial de honra, dignidade e respeito, sendo cada vez mais a forma usual de um homem trabalhar"*.

Nesse aspecto, para o pai citado acima o grande sofrimento era constatar que na atual conjuntura econômica e social seria mais difícil conseguir algum emprego do que em épocas anteriores da sua vida, devido à sua idade (tinha completado 40 anos), à sua baixa escolaridade e à sua desqualificação profissional, tendo em vista os impactos do desemprego estrutural provocado pelas novas tecnologias e as complexas mudanças desencadeadas a partir da globalização da economia, como tem ocorrido nos últimos anos. Diante desse quadro, questionava insistentemente que não lhe interessava receber seguro-desemprego, benefício oferecido pela atual política do governo, mas, sim, ter estabilidade para empregar-se: *"Sair de um emprego e entrar no outro"*, dizia ele. Dessa forma, o status de ser empregado poderia oferecer-lhe um sentimento de si mesmo, constituiria sua identidade de pai, remetendo-o à representação de homem/provedor, conforme estabelece o padrão cultural dominante.

Contudo, apesar desse imaginário social produzido, não se pode desprezar o papel educativo que a presença de um pai propicia, pois essa presença é corporal, não é apenas idealizada. Implica um exercício, numa descoberta contínua, junto à criança; necessita de um tempo para ser vivido, nos seus diversos momentos distintos, enquanto suporte para a passagem a outros ciclos de vida. Não pode ser igualado - como se ocorresse da mesma forma -, ao tempo vivido pela díade mãe/criança (MOULAY, 1990). Quando aquele pai, mencionado no parágrafo antecedente queixava sobre sua dificuldade de se conseguir um emprego, simultaneamente, ele também indicava que essa falta de perspectiva produzia outras perdas, tanto materiais quanto simbólicas, apontando que dentre elas situava-se a impossibilidade de exercer sua paternidade. Isso ficou evidenciado de uma tal maneira que não conseguia falar sobre esse assunto sem ser interrompido por soluços e lágrimas de choro. Nesses momentos, tomava um gole de cachaça e dizia: *"É demais pra mim falar dessas coisas..."*

Quanto às mães, esse estado de dependência em relação ao trabalho dos filhos e das filhas era expresso de forma mais sutil, considerando que, de acordo com o modelo vigente, suas funções ficariam restritas ao papel de cuidadoras do lar e do afeto familiar. Porém, no decorrer de uma entrevista em grupo, pude presenciar duas filhas cobrando da mãe, de forma explícita, que sentiam-se exploradas pela mesma quanto aos encargos do trabalho infantil, e verbalizaram que essa não é uma atribuição que cabe à criança realizar. Nesse momento, a mãe se defendeu argumentando: *"Que isso, menina? Tudo que eu ganho é para vocês!"*. Noutra instante, testemunhei uma das irmãs barganhando tarefas domiciliares com a mãe a troco de dinheiro. Em suma, estava propondo gratificar os serviços domésticos oferecidos pela mãe. *Como se daria o exercício da autoridade de uma mãe nessas condições? Seria uma troca permeada pelo cuidado afetivo da mãe e a ajuda financeira possibilitada pelo trabalho infantil?*

Por outro lado, essas mães executam dupla jornada de trabalho: realizam tarefas dentro de casa e vão para as ruas trabalhar junto com os filhos e as filhas. Além do desgaste físico provocado pelo acúmulo de atividades que assumem, passam por constantes constrangimentos e humilhações durante o tempo de trabalho junto de suas crianças, pois sofrem censuras, críticas e repreensões por parte dos clientes, dos transeuntes e dos policiais em relação ao uso ilegal dessa estratégia de sobrevivência. Acrescido a isso, contraditoriamente, são também reconhecidas, por outra categoria de freqüentadores das ruas - os filantropos - como figuras associadas à idéia da "mãe glorificada" e à díade "Nossa Senhora e Menino Jesus"; que compõem o imaginário religioso judaico-cristão da nossa cultura, tornando-se "objeto da piedade" alheia (ARIÈS, 1981). Talvez, essa outra faceta mais purificada, devido ao sentimento religioso vinculado ao sentimento de família, seja um recurso para essas mulheres enfrentarem essas sobrecargas físicas e mentais ou ainda, para aliviarem a contradição entre o papel de mãe protetora e de mãe exploradora da força de trabalho de suas crianças.

Todos esses elementos, de uma maneira ou de outra, estão presentes no processo de formação da identidade desses sujeitos. São experiências que oscilam entre a piedade e a rejeição, entre a filantropia e a vergonha, dentre outros aspectos. Entretanto, apesar das



ambigüidades, dos sofrimentos e das dificuldades perante essas situações, as crianças relatavam amar suas mães e seus pais (aqueles que viviam junto com elas) e sua vida familiar. Especificamente em relação à figura materna, elas expressavam manifestações de carinho mais evidentes, reconhecendo que são as mães que assumiam, na maioria dos casos, os papéis de cuidadoras da prole e de administradoras do lar. Sendo assim, esses pequenos trabalhadores sempre insistiam em afirmar: *"Eu trabalho para ajudar a minha mãe"*. Esta posição revela o lugar da infância preocupada e o lugar da maternidade desprotegida, reafirmando, assim, num dado momento a inversão de papéis existente entre os subsistemas filial e maternal nas famílias pesquisadas. Diante disso, dirijo-me para o próximo item, no qual tentarei levantar algumas questões relativas ao processo de formação da identidade de uma criança que se vê exposta a essa realidade.

### **Infâncias (pre)ocupadas: o processo de formação da identidade dos pequenos trabalhadores**

A necessidade de levantar um debate sobre aspectos que poderiam comprometer o processo de formação da identidade de crianças envolvidas pelo trabalho infantil mostrou-se mais evidenciada nesta pesquisa a partir do momento que uma pequena trabalhadora de 9 anos de idade manifestou-se preocupada com sua tarefa de tentar garantir a sobrevivência da sua família, no que se refere à alimentação, ao vestuário e aos pagamentos das contas de luz, água, etc. A sua fala e os seus gestos revelaram o peso da responsabilidade sobre uma criança quando lhe é atribuída a função de principal provedora do grupo familiar. A declaração dessa menina foi provocativa, no sentido de mobilizar em mim as seguintes questões: *Quem estava falando diante de mim? Uma criança? Um adulto? Um "adulto miniatura"? Uma criança adultizada?* Eis seus motivos para justificar seu trabalho:

"Para mim, é para ajudar minha mãe. Por exemplo, ela está precisando de dinheiro, aí nós saímos. E eu luto bem lá para tentar o dinheiro que minha mãe quer, até eu conseguir o dinheiro que ela quer. Eu fico preocupada. É muito importante, porque se não, não tem comida dentro de casa, não tem roupa."

Confesso que, num primeiro instante, fiquei meio confuso ao ouvir esse tipo de preocupação vinda de uma menina de 9 anos. Causou-me certo impacto identificar que era uma criança que estava falando sobre aquelas atribuições na minha frente. No entanto, quando olhei ao meu redor, eu me dei conta que esta entrevista estava sendo realizada no seu barraco de três cômodos, situado numa favela, e que ali morava uma família composta por seis mulheres: a avó, a mãe e as quatro filhas. Numa mirada rápida, pude reconhecer, então, que aquela pequena trabalhadora falava de um lugar peculiar, ou seja, ela pertencia a uma outra classe social. Tratava-se de uma criança que vivia na condição de baixíssima renda familiar. Parece óbvia a constatação desse fato, porém a realidade desmascara impressões preconcebidas de um pesquisador que se mete a olhar o seu objeto de estudo segundo seus próprios valores, suas identificações, seus desejos e seus sonhos de um mundo melhor e mais justo, mas que ainda não existe, pois, de repente, pode deparar-se com infâncias preocupadas, como foi o caso constante neste estudo.

Nessas condições, como pensar o período da infância com tarefas e responsabilidades que ultrapassem as potencialidades de uma criança sem causar-lhe prejuízos ao seu crescimento físico, psíquico, moral e social (OLIVEIRA, 1994). Do contrário, seria o equivalente a dizer: "O que cabe a uma criança cabe a um adulto". Em relação a esse tipo de equívoco, ERIKSON (1987:91) levanta que vale a pena recordar o *princípio epigenético*, que concebe a formação do ser humano por gerações graduais:

"Algo generalizado, esse princípio afirma que tudo o que cresce tem um plano básico, e é partir desse plano básico que se erguem as partes ou peças componentes, tendo cada uma delas o seu tempo de ascensão especial, até que todas tenham sido levantadas para formar então um todo em funcionamento."

A identidade parte de um ponto básico, constitui-se a partir de determinados elementos sequenciais que dão suporte para novos ciclos de vida durante o desenvolvimento humano. Entretanto, a constatação de que as infâncias desses pequenos trabalhadores estão sendo (pre)ocupadas com atividades adultas mostra que o tempo de ser criança está sendo invadido enquanto plano básico essencial para a formação de futuras configurações a serem desenvolvidas em ciclos posteriores da vida desses sujeitos. Essas inversões de papéis sociais e familiares leva-nos a perguntar: *Que tipo de identidade adulta constituirão esses infantes, considerando que desempenham, de modo precoce, tarefas e responsabilidades que cabem a adultos?*

Esse questionamento torna-se relevante para esta pesquisa, pois redefinimos nosso objeto de investigação em uma perspectiva transgeracional quando se constatou que a maioria dos pais, das mães, dos avôs e das avós dessas crianças também trabalharam nas suas infâncias. Pelo que foi observado neste estudo as figuras parentais não se viam em condições de assumir a paternidade ou a maternidade sem o auxílio ou a sustentação financeira mantida pelos seus filhos e suas filhas.

Dentro desse quadro, as identidades das crianças ficariam referenciadas numa transmissão familiar pelas experiências do trabalho infantil enfrentadas pelos membros paternos e maternos. Caracteriza-se, assim, um ciclo de vida familiar especial e específico, cujos efeitos no processo de constituição e de construção da identidade nos modelos familiares destas crianças coloca-se como questão fundamental. Em relação aos grupos familiares pesquisados, verificou-se que o trabalho infantil representa uma circularidade que se repete por três gerações.

Tentando localizar o lugar da infância na visão desses pequenos trabalhadores, perguntei o que é ser criança para eles? Responderam a criança que sonha. Segundo as declarações coletadas, significa o tempo que se tem para brincar e estudar. No entanto, há contradições entre a infância sonhada e a vivida, pois o passear e o divertir são sucumbidos pelo trabalho infantil. Quanto à escola, identificam-na como um lugar para aprender coisas importantes para a vida e para se brincar com os colegas e os amigos. Porém, o recreio não é visto pelas professoras, segundo o discurso das crianças entrevistadas, como um espaço próprio para brincadeiras, mas restrito à serventia da merenda. Diante deste contexto, as crianças procuram criar situações que burlem as disciplinas impingidas pelo trabalho e pela escola para tentar viver o que existe de mais essencial numa criança – o brincar. As mães e os irmãos mais velhos passam, então, a funcionar como fiscais do trabalho, que cobram a produção necessária à sobrevivência da família; e a instituição escolar desenvolve mecanismos de controle que visam controlar o mundo lúdico dos seus alunos e alunas. Porém, as crianças aventuram-se a resistir a essas formas de produção de uma subjetividade modelada, recebida e consumida (GUATTARI, 1996).

Afinal, trata-se de uma questão existencial e política: ser ou não ser criança. Nas ruas, durante o trabalho infantil, entre uma mesa de bar e outra, brincam de pegador, fazem piadas para os clientes, dançam coreografias junto com a rapaziada de classe média ao som dos toca-fitas dos seus carros. E, de bar em bar, improvisam brincadeiras de esconde-esconde, dentre outras. São várias tentativas de reapropriação do próprio gesto na sua relação com o objeto lúdico. Nesses momentos, tornam-se sujeitos da atividade que realizam: ***“Não é apenas na trama social que se desenham modos de reapropriação. É preciso atingir o nível individual, encontrar as maneiras que um sujeito em particular busca se proteger contra a ruptura S-O.”*** (CODO, SAMPAIO & HITOMI, 1994:264). Tais estratégias representam defesas criativas contra a doença mental.

Outro aspecto que afeta a constituição da identidade desses pequenos trabalhadores são os riscos enfrentados no decorrer do trabalho infantil, pois nas madrugadas das ruas da cidade deparam-se com: assédio sexual, prostituição, estupro, raptos, roubos, assaltos, drogas, etc. Essas aflições atingem a subjetividade desses sujeitos. Banalizar os sofrimentos presentes nesse contexto é grave (DEJOURS, 1999). A desconfiança gerada em relação ao comportamento dos demais freqüentadores das ruas (fregueses promíscuos, traficantes, transeuntes, outras

crianças e adolescentes em situação de rua, etc.) passa a ser uma ameaça constante ao sentimento necessário de preservação da integridade do próprio eu. Contudo, a confiança no outro constitui fonte primordial de manutenção da autenticidade do eu:

*"No desenvolvimento inicial do indivíduo, a confiança básica em circunstâncias estáveis de auto-identidade e ambiente circundante – a segurança ontológica – não se baseia, numa primeira instância, sobre um senso de continuidade de coisas ou eventos. Ao contrário, como vimos notando, ela deriva da confiança pessoal e estabelece uma necessidade de confiança nos outros que resiste, sem dúvida, de uma maneira ou de outra, através da vida toda." (GIDDENS, 1991:117)*

Não é à toa que as mães, as avós, alguns pais e os irmãos mais velhos ficavam atentos aos contatos pessoais estabelecidos pelas crianças nas ruas do centro da cidade. Tinham conhecimento dos riscos eminentes que poderiam ocorrer nesse conjunto social composto por comportamentos variados e, muitas vezes, inesperados. Aliás, todos os membros familiares viam-se expostos a essa situação. Foram relatados vários casos de violência contra as mães, os adolescentes e as crianças nas entrevistas realizadas. Nesse sentido, tomavam todas as cautelas possíveis diante daquelas relações com pessoas que buscavam maior intimidade:

*"A contraparte da intimidade é o distanciamento: a facilidade em repudiar, isolar e, se necessário, destruir aquelas forças pessoais cuja essência parece perigosa para o indivíduo. Assim, a consequência duradoura da necessidade de distanciamento é a presteza em fortificar o território próprio de intimidade e solidariedade e em ver todos os estranhos com uma fanática 'supervalorização das pequenas diferenças' entre o familiar e o desconhecido." (ERIKSON, 1987:136)*

A identidade delimita-se a partir do estabelecimento da sua territorialidade e do reconhecimento das fronteiras que demarcam quem é o eu em relação ao tu. Segundo JODELET (1998), a alteridade - o processo de diferenciação do sujeito - se dá nessa movimentação entre o distanciamento e a proximidade em relação ao Outro. Nesse sentido, as famílias tentam proteger-se de possíveis invasões territoriais que possam ameaçar a integridade do grupo. No entanto, nem sempre conseguem evitar constrangimentos e perdas significativas para a vida familiar, tanto que mencionaram fatos que apontavam o envolvimento de algumas crianças com o uso e o tráfico de drogas, com a exploração sexual de pequenos trabalhadores, com furtos ou que sofreram tentativas de rapto e estupro. Em face dessas evidências do contexto da rua, a família de baixa renda funciona, paradoxalmente, como lugar de proteção e risco, conforme salienta SUDBRACK (1995).

Penso que essas reflexões construídas diante da trama constituída no contexto do trabalho infantil sociofamiliar nos apontam elementos importantes para repensarmos nossas posturas diante deste problema social que se arrasta décadas a fio. A questão da saúde mental desses sujeitos se coloca como mais um elemento agravante deste quadro. Diante dessas ponderações evidenciadas, parto para minha breve conclusão.

## **Breve conclusão**

Acredito que a apresentação desses acontecimentos e de outros fatos discutidos até aqui é suficiente para afirmar que existem aspectos comprometedores para a formação das identidades dessas famílias envolvidas com o trabalho infantil que atingem a organização dos seus papéis familiares, o processo de desenvolvimento das suas crianças e adolescentes e a formação da própria auto-imagem, devido aos constantes constrangimentos e riscos enfrentados nas ruas da metrópole, podendo desenvolver uma identidade negativa de si mesmo, do seu grupo familiar e da sua classe social. Espero que o esforço de apontar essas questões ofereça elementos para novos debates sobre a temática estudada: trabalho infantil, família e identidade, pois necessita ser mais aprofundada e ampliada, considerando que não foram encontradas pesquisas que abordassem o assunto, no âmbito da intersubjetividade, dentro desse contexto histórico e social. Sendo assim, anseio que novos trabalhos científicos e sociais sejam delimitados, nesse campo, e que incluam essa temática dentre as demais.



## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* 4ª. ed. Campinas-SP: Cortez, 1997.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- CHATEL, Marie-Madeleine. La fonction paternelle. In: *Dialogue: Recherches Cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*. n. 69, 3º sem, 1980.
- CIAMPA, Antônio C. *Identidade*. IN: *Psicologia Social: o homem em movimento*. 7ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CODO, Wanderley. *Um Diagnóstico do Trabalho ( Em busca do prazer )*. In: TAMAYO, Alvaro, ANDRADE, Jairo Eduardo B. & CODO, Wanderley. *Trabalho, Organização e Cultura*. São Paulo: Coop. Autores Associados, 1997.
- CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho & HITOMI, Alberto Harwyoshi. *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento*. 2ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- \_\_\_\_\_. Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DUARTE, Newton. *Individualidade para-si: contribuição de uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ERIKSON, Eric H. *Identidade, Juventude e Crise*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Família e Saúde Mental. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília: UnB/IP, Vol.8, Suplemento, 1992, p. 485-494.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2ª reimpr. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Cartografias do Desejo*. 4ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade e Trabalho: Uma Articulação Indispensável. In: TAMAYO, Alvaro, ANDRADE, Jairo Eduardo B. & CODO, Wanderley. *Trabalho, Organização e Cultura*. São Paulo: Coop. Autores Associados, 1997.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Angela (org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. Famílias e modos de vida: Gênero, gerações e identidade. In: *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, fev/ago, 1998.



MOULAY, Maurice. Du Père Mythique aux Pères réels. In: *Dialogue: Recherche Clinique et sociologiques sur le couple et la famille. Peres et Societe*. 1º trim., 1990.

NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Orís. *O trabalho da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1994.

PANNONE, Felice. Família e Contexto Social. In: *Família: Temas de Terapia Familiar e Ciências Sociais*. Ano 6, vol.1. número 6.

SARTI, Cynthia. *Família e Individualidade: um problema moderno*. In: *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. *Da Ética da Mudança à Ética da Escolha: o construtivismo e a evolução dos modelos em terapia familiar*. In: *Novas Perspectivas Sistêmicas*, Ano 4, n.7, jul. 1995.

\_\_\_\_\_. *Integrando Psicologia Social e da Personalidade: reflexões a partir do paradigma eco-sistêmico e da epistemologia da complexidade*. In: *Novas Perspectivas Sistêmicas*, Ano 4, n.7, nov. 1995.

\_\_\_\_\_. *A trajetória da criança marginalizada rumo à delinqüência*. PUC-RJ/Instituto de Psicologia, 1982.

\_\_\_\_\_. *A trajetória da criança marginalizada rumo à delinqüência*. Porto Alegre: PUC/RS – Instituto de Psicologia, 1982. Dissertação (Mestrado em Psicologia)

VASCONCELOS, Vera M. R. de. Desenvolvimento Humano, Psicologia e Cultura. In: SILVEIRA, Paulo (org.). *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1998.

WOORTMANN, Klaas. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

